

TRANSCIDADANIA, EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) E A RETOMADA DA ESCOLARIZAÇÃO FORMAL DE TRAVESTIS E MULHERES TRANS

Manuela Azevedo Carvalho ¹
Luciana A. de Miranda ²

RESUMO

A trajetória escolar de travestis e mulheres trans é marcada por violências várias, com um percurso com muitas irregularidades, descontinuidades, experiências negativas de convivência com a comunidade escolar e, por vezes, interrupção desse percurso. Pesquisas realizadas por organizações da sociedade civil, como a AfroReggae (2013; 2015), mostram que a população de travestis e mulheres trans possui baixa escolaridade, muitas não tendo concluído sequer o ensino fundamental. Compreendendo que a baixa escolaridade produz efeito nas condições de vida dessa população e que a educação formal escolar ainda se apresenta como uma credencial importante para o desenvolvimento social de quaisquer pessoas, neste texto, o objetivo foi analisar como classes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) podem se apresentar como uma alternativa de retorno a esse percurso escolar, a partir do Programa Transcidadania, da Prefeitura de São Paulo. As análises foram feitas a partir de referenciais que tratam sobre a escolarização do grupo e sobre a escolarização em classes de EJA (Paiva, 2009; Santos, 2010; 2012; Sales, 2012; Souza; Bernardo, 2014; Silva, 2015; Andrade, 2015; Reccis, 2019) e da análise da concepção e dos resultados do Transcidadania (Concílio; Amaral; Silveira, 2017). Os dados mostram que, apesar de a EJA congregar uma diversidade de sujeitos que foram alijados ou que não puderam concluir a educação básica, suas classes não se apresentam como ambientes necessariamente confortáveis a mulheres trans e travestis. Entretanto, o Transcidadania tem mostrado que, com o estabelecimento de parcerias intersetoriais, formação adequada de professores, sensibilização da comunidade escolar e criação de condições de acesso e permanência na escola, a EJA pode ser esse lugar para a conclusão da educação básica de mulheres trans e travestis, contribuindo para a efetivação do direito à educação, o ingresso no mundo do trabalho formal e para a melhoria das condições de vida dessa população.

Palavras-chave: Mulheres trans e travestis, Transcidadania, Educação de Jovens e Adultos, Direito à educação.

INTRODUÇÃO

O gênero é um dos índices de referência que primeiro nos põe em classificações nas relações sociais. Para Butler (2020), ele é a nossa primeira referência nessas relações. De acordo com a autora, é ele quem primeiro confere inteligibilidade nessas

¹ Doutora em Educação, pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, profa.manuelaac@gmail.com.

² Doutora em Educação, pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP, lumiranda.prof@gmail.com.

relações, e sua referência está pautada na materialidade dos corpos. Assim, corpos que não se apresentam conforme a lógica construída do binômio sexo-gênero, que não se circunscrevem ao “imperativo heterossexual” (BUTLER, 2010) tendem a ser classificados como “corpos estranhos”, fora da norma, em contraposição a corpos legitimamente classificados e reiterados como “corpos viáveis”. Seriam, então, esses “corpos estranhos”, “corpos abjetos” (BUTLER, 2010), que perturbam as identidades, a ordem, que não respeitam os limites (KRISTEVA, 1982).

Os corpos de mulheres trans e travestis são reiteradamente assim tomados. Como não se conformam ao sexo cunhado no nascimento, sendo sujeitos do gênero feminino e tendo sido classificadas como do sexo masculino, rompem com a lógica do dimorfismo sexual, e reivindicam para si o reconhecimento social do gênero feminino, perturbando a norma.

Enquanto performativo, como afirmou Butler (2019), o gênero é construído e reiterado enquanto se constrói e existe todo um conjunto de saberes e práticas associadas aos gêneros antes do nascimento de qualquer sujeito. Entretanto, sexo e gênero não possuem em si uma relação direta e incontornável, podendo ser, portanto, uma relação diversificada, em que há sujeitos do sexo feminino e do gênero feminino (pessoas cis), mas também do sexo masculino e do gênero feminino (pessoas trans), além de poderem ser pessoas intersexo do gênero feminino ou masculino e também de gênero neutro do sexo feminino ou masculino. São muitas as possibilidades na equação. E todas elas são construções sociais, a partir de referenciais biológicos, mas também culturais.

Nas relações sociais, a norma (pessoas cis) é calcada na cultura como único “normal”, e não causa estranheza, mas o que diverge dela sim. Essa estranheza implica uma série de conflitos nos espaços de sociabilidades, em torno da disputa pelo poder sobre os corpos e sobre a produção da verdade sobre o gênero. Esses conflitos acionam, então, uma série de mecanismos que tentam restaurar a norma, ajustar os corpos que escaparam a ela. Como afirmam Prado e Junqueira (2011, p. 61), “sem poderem se conformar à ‘pedagogia do armário’, essas pessoas ficam sujeitas às piores formas de desprezo, abuso e violência. Seus direitos são sistematicamente negados e violados, sob a indiferença geral.”.

Entre esses espaços de sociabilidades está a escola, onde se encontram uma gama de sujeitos variados. Embora muito se tenha avançado no Brasil em termos de garantia de direitos para as populações trans e travestis, e muitas delas tenham já

concluído a educação básica e mesmo o ensino superior (Carvalho, 2022), de acordo com diversas pesquisas realizadas sobre e com esse público, envolvendo a escola, esse espaço, de maneira geral, ainda reitera a lógica da norma, fazendo delas alvo de distintas e amplas formas de violência na escola, o que contribui para dificultar sua permanência, como constataram as pesquisas de William Peres (2010), Berenice Bento (2011), Adriana Sales (2012), Martha Souza et al. (2015), Jerry Silva (2015; 2016) e Manuela Carvalho (2022).

A escolarização para a população de travestis e transexuais é um processo marcado por violências várias. Pesquisas estatísticas (UNESCO, 2004; FIPE, 2010 ABGLT, 2016), realizadas com o objetivo de compreender como a comunidade escolar lida com sexualidades e gêneros que divergem das normativas heterossexuais e cisgêneras, mostram que este não é um espaço, via de regra, confortável para expressar essas sexualidades e identidades de gênero, apontando, inclusive, índices de violências sofridas por essas pessoas na escola. Atrelado a isso, pesquisas realizadas por organizações da sociedade civil, como a AfroReggae (2013; 2015), mostram que a população de travestis e transexuais possui baixa escolaridade, sendo a garantia deste direito uma demanda recorrentemente reivindicada no movimento social (Brasil, 2009; Antra, 2022).

Em 2013, o AfroReggae divulgou uma pesquisa realizada com 76 travestis e transexuais que trabalhavam com prostituição e que eram assistidas na Organização, 78,9% delas não tinham concluído o ensino médio e 48,7% não possuíam sequer o ensino fundamental completo (Afroreggae, 2013). Na pesquisa divulgada em 2015, o panorama foi semelhante, ao consultar 60 travestis e transexuais que frequentavam os serviços oferecidos pela Organização, 45% possuíam apenas o ensino fundamental incompleto. Neste levantamento, 90% era ocupada na prostituição.

Em um recente levantamento realizado pela Rede Trans Brasil (2022), o Censo Trans, que coletou dados em dez capitais brasileiras, a partir de lideranças trans das cidades junto à população trans e travesti de cada cidade a que pertenciam, a baixa escolaridade e a ocupação prioritária na prostituição continuou sendo a realidade da população. Embora o Censo Trans tenha apontado um aumento da conclusão do ensino médio significativo nos índices até então parcamente conhecidos, com cerca de 32,4% das respondentes afirmando essa formação, ainda 33,9% tinham somente o ensino fundamental incompleto e 14,6% o fundamental completo; e 89,5% afirmaram a ocupação na prostituição.

Foi preocupação do Censo Trans (Rede Trans Brasil, 2022), ainda, perguntar acerca do conhecimento sobre nome social e se as participantes já teriam se afastado de algum espaço social por terem se sentido constrangidas em relação ao desrespeito a ele. Ampla maioria afirmou conhecer a política de adoção do nome social (94,1%), e também terem se sentido constrangidas por terem ele desrespeitado (79,6%). O binômio escola/ hospital foi apontado como os locais em que as respondentes mais tiveram o nome social desrespeitado (30,5%). Ainda, 64,3% afirmaram ter sido “expulsas” de alguma instituição escolar. Não há no Censo detalhes sobre nenhuma destas perguntas, metodologia comum em pesquisas de levantamento.

Estudos acadêmicos também mostram que muitas mulheres trans e travestis saem da escola depois de sucessivos episódios de violência, sejam elas diretas ou indiretas, psicológicas, verbais ou físicas, como os realizados por Alessandra Bohm (2009), Dayana Santos (2010), Adriana Sales (2012), Daniela Barros (2014), Sandro Santos e Fernanda Rodrigues (2014), Tássio Acosta (2016, 2019), Bruno Alexandre (2020) e Manuela Carvalho (2022). Isso não significa dizer que essas violências são os únicos fatores que as fazem sair da escola, mas que certamente elas contribuem para tornar o ambiente hostil e desagradável, de difícil permanência. Não é um exercício difícil de fazer, pensar em um ambiente violento a quem se é e pensar em permanecer nele a todo custo.

Entretanto, mulheres trans e travestis compreendem que, nos parâmetros de uma sociedade marcada pela necessidade de conhecimentos acadêmicos e credenciais escolares, há de se construir estratégias para permanecer na escola ou concluir os estudos na educação básica. Além de compreenderem que estar naquele espaço se constitui como um direito subjetivo que também deve caber a elas. Essas estratégias são variadas, desde o silenciamento do gênero (Andrade, 2015; Reçis, 2019), a resistências e diversas trocas de estabelecimentos (Pereira; Pelúcio, 2022; Carvalho, 2022), conclusão por outras vias, como exames e cursos de aceleração (Carvalho, 2022).

Nesse esteio, alguns estudos têm apontado as classes de Educação de Jovens e Adultos como uma alternativa quando elas já saíram da trajetória linear na escola e precisam ou querem retornar e concluir a educação básica via escola formal. Mas, como mostrou a pesquisa de Silva (2016), as classes de EJA, apesar de serem constituídas por um público altamente diversificado, também não tem se configurado como um espaço confortável para escapar às normativas de gênero.

Essa dificuldade de encontrar um espaço possível na escola, que equilibre quem se é com a permanência sem violências de gênero, e que contribui para o afastamento dessas populações da trajetória escolar linear, impõe mais algumas perdas: do acesso aos conhecimentos formais construídos no seio da cultura ao longo de nossa história, sistematizados e transpostos de maneira privilegiada na escola formal; e à credencial formal de conclusão da educação básica, necessária para a inserção em muitos postos no mundo do trabalho e para seguir com estudos posteriores, como o ensino superior. Essas dificuldades se somam e impõem novas vulnerabilidades a essas populações.

Em São Paulo, um projeto pioneiro, que pensou no conjunto de vulnerabilidades a que pessoas trans e travestis estão suscetíveis foi formalmente lançado pela prefeitura municipal em 2015, o Projeto Reinserção Social Transcidadania, com o intuito de fornecer a elas melhores condições de vida, a partir de iniciativas na escolarização e profissionalização, com vistas a um fortalecimento de conhecimentos acerca de seus direitos, ao desenvolvimento de estudos posteriores e/ou entrada em postos do mundo do trabalho formal.

O Transcidadania estrutura diversas de suas ações a partir da escolarização. Para tal, o projeto previu o estabelecimento de parcerias com escolas públicas que oferecem classes de EJA, para a matrícula e acolhimento de estudantes oriundas/os do Projeto, a partir da formação de profissionais e sensibilização da comunidade escolar.

Compreendendo a importância da escolarização para o desenvolvimento social de quaisquer pessoas, neste texto o objetivo foi analisar como classes da Educação de Jovens e Adultos (EJA) podem se apresentar como uma alternativa de retorno a esse percurso escolar, a partir do Programa Transcidadania, da Prefeitura de São Paulo.

O texto foi dividido em quatro seções: esta introdução, com o objetivo de contextualizar a problemática e situar teoricamente as pessoas leitoras; a seção de metodologia, para mostrar o campo teórico que mobilizamos na construção das análises e compreensão do problema; uma seção de desenvolvimento relacionando a EJA e seus sujeitos e propósitos com a potencialidade da população de mulheres trans e travestis para integrar seu público e com o Transcidadania, Projeto que estabeleceu a inserção dessa população em classes de EJA de escolas públicas em São Paulo; e as considerações finais, com uma reflexão sistematizada em conjunto sobre o que analisamos na problemática proposta.

METODOLOGIA

As análises empreendidas neste texto provém de uma metodologia de abordagem qualitativa, com técnica bibliográfica. O referencial parte de um conjunto de estudos de duas áreas distintas: gênero e escolarização de mulheres trans e travestis; e Educação de Jovens e Adultos.

Embasaram os estudos, autores e autoras, como: Paiva (2009), que trata das especificidades da EJA, bem como sobre seu caráter inclusivo e a necessidade de sua existência para a garantia do direito à educação para todos; Butler (2010, 2016), acerca das teorias sobre gênero e sexualidade; Peres (2010), Bento (2011), Sales (2012), Andrade (2015) e Carvalho (2022), acerca da escolarização dessa população; Silva (2015), Escoura e Catelli Jr. (2012) e Carvalho (2022), como alguns dos poucos estudos que relacionam a EJA a populações trans e travestis.

Além de traçar análises a partir da concepção e dos resultados do Transcidadania, com estudos elaborados a partir de dados do Projeto (Concílio; Amaral; Silveira, 2017) ou de pesquisas com participantes dele (Barreto, 2020).

EJA E TRANSCIDADANIA

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade educacional originalmente voltada àqueles sujeitos que não tiveram acesso à educação básica nas faixas etárias indicadas por série pelas políticas públicas ou que, por algum motivo, apresentaram descontinuidade no processo, construindo trajetórias não lineares, com significativa defasagem idade-série.

Assim como as pesquisas empíricas feitas pelos estudiosos e pesquisas estatísticas feitas pelas Organizações, revelando que muitas mulheres trans e travestis saem da escola antes de concluírem a educação básica, perfazendo trajetórias escolares incompletas ou descontínuas, desde 2009, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (SDH, 2009, p. 21) reconheceu a necessidade de se criar ações e estratégias que dessem conta de quantificar e conhecer essa população, indicando como ação para o poder público: “Incluir a população LGBT em programas de alfabetização”, reconhecendo que há muitas dessas pessoas sem a escolarização em

níveis mais elementares. Entre trans e travestis esse número é, conforme as pesquisas mencionadas na seção anterior, elevados.

A EJA é composta por sujeitos com variadas histórias de vida, momentos de aprendizagem, experiências sociais e diversidades. Em comum apresentam apenas o não reconhecimento de seu direito à educação, que reverbera no alijamento de outros tantos direitos. Isso faz parte da concepção da EJA como uma modalidade educacional voltada justamente à garantia do direito de aprender por toda a vida (Paiva, 2009), uma modalidade voltada às necessidades do tempo de aprendizagem presente do sujeito que a demanda por não ter tido a possibilidade de acessar e/ou permanecer na escola em outro tempo.

Na estrutura pública de educação vigente, a escolarização dessa população deveria encontrar lócus nas propostas da EJA, mostrando esse público como potencial para a modalidade, direcionando estudos e desenvolvendo chamadas e planos pedagógicos voltados também a essa realidade. A EJA poderia ser uma estratégia para a inclusão também de pessoas trans e travestis que não concluíram a educação básica em outros momentos. Alguns estudos (Casteleira; Maio, 2015; Catelli Jr.; Escoura, 2016) têm já apontado a população trans e travesti como demandante da modalidade, com destaque para mulheres trans e travestis, pela alta vulnerabilidade no processo de escolarização.

A baixa escolaridade e a impossibilidade de obter conhecimentos e credenciais escolares dificultam a inserção profissional dos sujeitos, vulnerabilizando-os não somente em termos de ocupações mais precarizadas, sobretudo informais ou de exercício braçal, com baixos salários, mas também de desenvolvimento em outros setores da vida que dependem desses conhecimentos e de determinadas condições financeiras para serem minimamente acessados ou mantidos, como cuidados básicos com a saúde.

E foi com essa premissa da baixa escolaridade e das vulnerabilidades associadas a ela que surgiu, na cidade de São Paulo, o Projeto Reinserção Transcidadania. O Projeto, segundo suas fundadoras, surgiu do reconhecimento de que havia na cidade de São Paulo um grande quantitativo de pessoas travestis e trans sem formação educacional básica, atuando em segmentos laborais de alta vulnerabilidade, como a prostituição e as demais profissões do sexo (Concílio; Amaral; Silveira, 2017). De acordo com as autoras, então, reconhecendo que a educação é um direito social de todos

e todas as brasileiras, a proposta do Transcidadania foi montar uma rede de apoio em torno da promoção dos direitos dessas pessoas, sobretudo o direito à educação.

A proposta é executada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, a partir da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania em parceria com demais secretarias, a depender do tipo de assistência necessária, como educação e saúde. O programa funciona, desde 2015, com o objetivo de “promover os direitos humanos, o acesso à cidadania e a qualificação e humanização do atendimento prestado a travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social” (Prefeitura de São Paulo, 2015, s.p.).

De acordo com o sítio da Secretaria, o Transcidadania é um:

Programa da Prefeitura de São Paulo destinado a promover os direitos humanos e a cidadania e oferecer condições e trajetórias de recuperação de oportunidades de vida para travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade social. O programa possui como dimensão estruturante a oferta de condições de autonomia financeira, por meio da transferência de renda condicionada à execução de atividades relacionadas à conclusão da escolaridade básica, preparação para o mundo do trabalho e formação profissional e formação cidadã. À essas ações soma-se um exercício de aperfeiçoamento institucional, no que tange à preparação de serviços e equipamentos públicos para atendimento qualificado e humanizado. (Cidade de São Paulo, 2024, s.p.).

O objetivo do Transcidadania é que as pessoas atendidas possam ter de volta a capacidade de se sentirem inseridas na sociedade via educação e possam melhorar sua condição de vida como um todo, já que um dos objetivos é que, a partir dessa formação escolar básica, possam buscar novas oportunidades de trabalho e dar seguimento a estudos posteriores, como cursos profissionalizantes e cursos superiores.

Isso deixa claro que a educação é um dos direitos humanos fundamentais para o exercício e a experimentação da cidadania. Uma beneficiária do programa, ao falar sobre a importância do Transcidadania, afirmou: “Muitas de nós já não tínhamos perspectivas e ele nos trouxe de volta a vida, nos tornando capazes de sonhar [...], devido às qualificações que adquirimos no decorrer do programa. O estudo é o ponto de partida crucial para obtermos sucesso na vida” (Prefeitura de São Paulo, 2016).

Para instaurar a ação educacional no programa, de acordo com as fundadoras, foi necessário sensibilização e capacitação dos e das profissionais envolvidas. Assim, em vez de estabelecer um curso de formação na educação básica num espaço destinado às atividades do Transcidadania, foi feita uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação e com o Núcleo de Inclusão Educacional do Estado, aproveitando a estrutura

que já existe e os serviços legais de educação já oferecidos pela estrutura governamental, inserindo o público do Projeto em classes de Educação de Jovens e Adultos (EJA), de escolas indicadas pela secretaria e pelo núcleo. Para tal, Souza (2017) relata que foi feita uma sensibilização com docentes e com a gestão das escolas, a fim de que recebessem esse público. E ressalta que a intervenção visava não somente a inserção de trans e travestis nas classes de EJA e no cotidiano escolar, mas inclusive a possibilidade de mudança nos currículos e nas práticas pedagógicas, problematizando os arranjos sociais que contribuíram para que essas pessoas saíssem da escola em outros momentos, questionando o papel da educação enquanto campo de direitos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estar fora da escola ou ter saído dela sem completar as etapas preconizadas pelas políticas públicas legam aos sujeitos status de menor valor social e os privam do acesso a um conhecimento que só é obrigatoriamente veiculado lá. Mulheres trans e travestis, via de regra, ainda possuem histórias de violações várias nos espaços escolares, tendo como saldo uma baixa escolarização formal, que tem o potencial de adicionar vulnerabilidades a suas vidas, sobretudo diretamente no desenvolvimento pessoal e na inserção no campo do trabalho, quase sempre ocupado por elas em condições precarizadas, como atividades informais.

Por isso, é importante desenvolver mecanismos que auxiliem na garantia de permanência dessas estudantes nas escolas. A EJA, enquanto modalidade sempre muito atrelada à garantia de direitos, que atende a uma diversidade de sujeitos e que possui como premissa a retomada do percurso escolar e do direito à educação, pode ser um espaço em que elas possam acessar novamente a escola formal e concluir a educação básica, funcionando como um campo estratégico.

O exemplo do Transcidadania mostra a necessidade dessa população ser incluída como demanda potencial para essas turmas e de haver uma organização do poder público na fomentação de políticas que envolvam essa demanda e a EJA, inclusive aproximação e formação das/os profissionais.

REFERÊNCIAS

AFROREGGAE. **InfoReggae**: Encontro Além do Arco-íris, Rio de Janeiro, n. 21, 2013,

p.1-5. Disponível em: <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2014/05/InfoReggae-Rio-Ed.-21-Evento-Alem-do-Arco-Iris.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

AFROREGGAE. **InfoReggae**: Projeto Além do Arco-íris, Rio de Janeiro, n. 104, 2015, p.1-5. Disponível em: <http://www.afroreggae.org/wp-content/uploads/2015/12/info-reggae-104.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.

ANDRADE, Luma. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Metanoia: Rio de Janeiro, 2015.

BARROS, Daniela. **A experiência travesti na escola**: entre nós e estratégias de resistências. Recife, 2014. 166 f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife: 2014.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, p. 549-559, mai/ago, 2011.

BOHM, Alessandra. **Os "monstros" e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis**. Porto Alegre: UFRGS, 2009. 90f. Dissertação (Mestrado) – PPGE, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

BUTLER, Judith. **Corpos que importam**: os limites discursivos do “sexo”. São Paulo: n-1 edições/ Crocodilo, 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CATELLI JR., Roberto; ESCOURA, Michele. Sujeitos da diversidade: a agenda LGBT na Educação de Jovens e Adultos. **Olh@res**. Guarulhos, v. 4, n. 1, maio 2016, p. 226-245.

CASTELEIRA, Rodrigo; MAIO, Eliane. Existem pessoas trans femininas na Educação de Jovens e Adultos? In **Anais do Seminário de Pesquisa do PPE**. UEM, 2015. Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos/co_04/98.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2017.

CIDADE de São Paulo. Projeto Reinserção Social Transcidadania. [Online]. Set. 2024. Disponível em: https://capital.sp.gov.br/web/desenvolvimento/w/cursos/operacao_trabalho/170430. Acesso em: 10 out. 2024.

CONCÍLIO, Isabela; AMARAL, Marcos; SILVEIRA, Paula (Orgs.). **Transcidadania**: práticas e trajetórias de um programa transformador. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/ Koinonia, 2017.

FUNDAÇÃO Instituto de Pesquisas Econômicas. INEP. MEC. **Projeto de estudo sobre ações discriminatórias no âmbito escolar, organizadas de acordo com áreas temáticas**: étnico-racial, gênero, geracional, necessidades especiais, socioeconômica e orientação sexual. São Paulo: INEP, 2010. Disponível em: <http://www.portal.mec.gov.br/dmdocuments/relatoriofinal.pdf>. Acesso: 26 mar. 2017.

PAIVA, Jane. **Os sentidos do direito à educação para jovens e adultos**. Rio de

Janeiro: DP, 2009.

PEREIRA, Marlyson; PELÚCIO, Larissa. Táticas de autoproteção ou trapaças na ordem normativa: narrativas de mulheres trans sobre a educação básica e suas famílias. **Sul-Sul** - Revista De Ciências Humanas E Sociais. Barreiras, v. 2, n. 3, pp. 91–109, fev. 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.53282/sulsul.v2i03.912>. Acesso em: 02 abr. 2022.

PERES, William. Travestis, cuidados de si e serviços de saúde: algumas reflexões. In COSTA, Horácio et al. (Org.). **Retratos do Brasil Homossexual**: Fronteiras, Subjetividades e Desejos. São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo: imprensa Oficial, 2010, p. 303-319.

PRADO, Marco; JUNQUEIRA, Rogério. Homofobia, hierarquização e humilhação social. In VENTURI, Gustavo; BOKANY, Vilma (Orgs.). **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011, p. 51-71. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2017/05/Diversidade-Sexual-Web.pdf>. Acesso em: 13 mai. 2019.

RECIIS. Assujeitamentos e disrupção de um corpo que permanece e resiste: possibilidades de existência de uma travesti no ambiente escolar. **Revista Elet. de Com., Inf. e Inovação em Saúde**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2019, abr./jun. 2019, p. 330-9. Disponível em: <https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/1822>. Acesso em: 22 abr. 2020.

REDE Trans Brasil. **Censo Trans**: reflexões sobre os dados do Censo Trans. [Online], 2022. Disponível em: https://storage.googleapis.com/wzukusers/user-31335485/documents/1522a23d2de24794adee6101db162ce8/REDE-TRANS_Censo-Trans-2020-pub-web.pdf. Acesso em: 10 out. 2024.

SALES, Adriana. **Travestilidades e escola nas narrativas de alunas travestis**. Dissertação (Mestrado). 115f. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Rondonópolis, 2012.

SANTOS, Dayana dos. **Cartografias da transexualidade**: a experiência escolar e outras tramas. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1884/25058>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SECRETARIA Especial dos Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT**. Brasília, 2009.

SILVA, Jerry A. **Diversidade sexual na Educação de Jovens e Adultos (EJA)**: limites e possibilidades da efetivação do direito à educação. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2016, 315f. Tese (Doutorado) UFMG/FAE. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUOS-AQPQU3/tese_doutorado_jerry_adriani_da_silva.pdf?sequence=1. Acesso em: 02 jul. 2017.

SILVA, Jerry. Educação de Jovens e Adultos, diversidade sexual, LGBT's e processos de socialização. **Anais do Seminário Nacional**: Formação de educadores de EJA. Campinas, 2015. Disponível: <<http://sistemas3.sead.ufscar.br/snfee/index.php/snfee/>

article/viewFile/193/74>. Acesso: 30 jun.2017.

SOUZA, Martha H. Teixeira de et al. Violência e sofrimento social no itinerário de travestis de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 4, p. 767-776, abr. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/vZHsPktsBHYtcLMKQMg44tQ/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2022.

UNESCO. **Perfil dos professores brasileiros**. São Paulo: Moderna, 2004.